

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015
Processo Administrativo nº 14055/2014

O **Município de São Simão**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Cívica nº 01, centro, inscrita no CNPJ nº 02.056.778/0001-48, **por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, denominada Órgão Gerenciador** neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ DANTAS FERNANDES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 336.087.681-49 e no RG nº 2.090.849-SSP-GO, residente e domiciliado em São Simão/GO.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- 1. FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Alameda E, Qd 46, Lt 08, s/n, centro, São Simão/GO, inscrito no CNPJ nº 11.078.361/0001-77, neste ato representado pela Sr.^a **JANE DAYSE GUIMARÃES VILARINHO** casada, pedagoga, inscrita no CPF nº 672.166.016-20 e no RG M-4-876.108-SSP-MG, residente e domiciliada na Avenida São Paulo, Qd. 04, Lote 01, Setor Central, São Simão/GO.
- 2. FMS - Fundo Municipal de Saúde de São Simão/GO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Goiás, s/n Edifício Secretaria Municipal de Saúde, Centro, São Simão/GO, inscrita no CNPJ nº 11.078.437/0001-64, neste ato representado pelo Sr. **FERNANDO DO PRADO VIANA**, brasileiro, solteiro, farmacêutico – CRF nº 4652, inscrito no CPF nº 307.153.928-24 e no RG 32414242-0-SSP-SP, residente e domiciliado em São Simão/GO.
- 3. DEMAESS - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO SIMÃO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Cívica, nº 01, centro, São Simão/GO, inscrita no CNPJ nº 11.078.401/0001-80, neste ato representado pelo Sr. **ALBERTO ALVES DE MATOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 888.151.618-72 e no RG 7.546.388-SSP, residente e domiciliado em São Simão/GO.

Detentoras da Ata de Registro de Preços:

- 1. RBB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**, situada à Avenida Veneza, s/n, sala 03, quadra 29 lote 03/4, Goiânia/GO, CEP 74.325-100, telefone (62) 3238-8300, (62) 8445-2200, inscrita no CNPJ sob o nº 12.072.665/0001-90, neste ato representada pela sua proprietária, a Sra. Rayanne Bruna de Brito Urzeda, portador da Carteira de Identidade nº 5157582, SPTC/GO, inscrito no CPF nº 023.641.061-09, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliado em Goiânia/GO.

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Federal nº 10.520/2007; Decreto nº 3.555, de 08.08.2000, do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, demais normas pertinentes e respectivas atualizações, e, ainda, pelas

condições estabelecidas pelo Instrumento Convocatório do Pregão Presencial nº 001/2015-SRP e seus anexos:

FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015-SRP, cujo é REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual, futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pinturas, ferragens, madeiras dentre outros, com a finalidade de atender os órgãos e Fundos do Município de São Simão/GO, conforme condições, especificações e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do *Pregão Presencial SRP nº 001/2015 realizado em 26/01/2015*, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de **Adjudicação do Pregão Presencial nº 001/2015-SRP**, na forma da Lei Federal nº 10.520/02, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e **Termo de Homologação de 24/02/2015**, tudo constante no **Processo Administrativo nº 14055/2014**, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.10 Objeto desta Ata de Registro de Preços é a aquisição futura, eventual e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pinturas, ferragens, madeiras dentre outros, com a finalidade de atender os Órgãos e Fundos do Município de São Simão/GO, em conformidade com as especificações contidas no Processo Administrativo nº 14055/2014, no Edital do Pregão Presencial nº 001/2015-SRP e seus Anexos.

1.20 Fundo Municipal de Assistência Social não se obriga a adquirir a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2A Ata de Registro de Preços terá validade de **12(doze) meses a contar da data da publicação de seu extrato em jornal de grande circulação (Jornal “O HOJE”)**.

2.2.1 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial nº 001/2015-SRP, terá seu extrato publicado no jornal “O HOJE”, e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de São Simão durante sua vigência.

2.2.2 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1 Os materiais serão solicitados conforme a necessidade dos Órgãos e Secretarias Municipais, mediante a assinatura e publicação desta Ata de Registro de Preços, no prazo imediato, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os produtos deverão ser fornecidos a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 O não fornecimento do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Clausula Nona, desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado, mensalmente, em parcela única mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao total de materiais fornecidos no período anterior, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Requisições de Fornecimento emitidas pela detentora da Ata responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.2 O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) abastecimento(s) solicitado e devidamente fornecido será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) Requisição (ões) desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante fornecedora.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5 Os preços registrados quanto aos itens descritos no termos de referência são os seguintes:



ITEM	UN	QTD	ESPECIFICAÇÃO	Empresa	Vlr. Unit. Lance	Vlr. Total Lance
1	UN	230	ADAPT. C/ FLANGE 25MM	RBB	R\$ 4,38	R\$ 1.007,40
9	UN	610	AGROFILITO SACO DE 20KG	RBB	R\$ 3,36	R\$ 2.049,60
12	KG	40	ARAME COZIDO N 16	RBB	R\$ 6,23	R\$ 249,20
13	KG	40	ARAME COZIDO N 18	RBB	R\$ 6,23	R\$ 249,20
15	KG	60	ARAME GALVANIZADO N 14	RBB	R\$ 8,50	R\$ 510,00
16	KG	70	ARAME GALVANIZADO N 16	RBB	R\$ 8,90	R\$ 623,00
17	KG	70	ARAME GALVANIZADO N 18	RBB	R\$ 9,42	R\$ 659,40
21	UN	10	BOIA CONTROLADOR DE NÍVEL (AGUA)10A	RBB	R\$ 26,70	R\$ 267,00
36	UN	30	BROCA DE VIDIA 1/8	RBB	R\$ 1,55	R\$ 46,50
39	UN	30	BROCA DE VIDIA 5/32	RBB	R\$ 3,27	R\$ 98,10
56	UN	210	CAP SOLD DE 32MM	RBB	R\$ 0,57	R\$ 119,70
58	UN	210	CAP SOLD DE 50MM	RBB	R\$ 2,72	R\$ 571,20
69	UN	190	CURVA 20X90 GRAUS SOLD AVEL	RBB	R\$ 0,80	R\$ 152,00
71	UN	190	CURVA 25X90 GRAUS SOLD AVEL	RBB	R\$ 1,06	R\$ 201,40
79	UN	160	CURVA ESGOTO 40X90 GRAUS	RBB	R\$ 1,46	R\$ 233,60
83	UN	20	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	RBB	R\$ 4,93	R\$ 98,60
88	LT	4	ELETRODOS PARA SOLDA 4,00X350MM 20 KG	RBB	R\$ 214,00	R\$ 856,00
90	UN	100	ENGATE DE 40 CM	RBB	R\$ 1,98	R\$ 198,00
91	UN	10	ENXADA DE 2 1/2 LIBRAS	RBB	R\$ 12,56	R\$ 125,60
92	UN	10	ENXADÃO	RBB	R\$ 12,00	R\$ 120,00
93	UN	10	ESPATULA 10 CM	RBB	R\$ 3,13	R\$ 31,30
94	UN	10	ESPATULA 12 CM	RBB	R\$ 3,38	R\$ 33,80
95	UN	10	ESPATULA 8 CM	RBB	R\$ 2,84	R\$ 28,40
98	UN	35	FECHADURA EXTERNA PORTA MADEIRA	RBB	R\$ 22,12	R\$ 774,20
115	UN	260	JOELHO 90 SOLD 40MM	RBB	R\$ 1,63	R\$ 423,80
116	UN	240	JOELHO 90 SOLD DE 20MM	RBB	R\$ 0,19	R\$ 45,60
117	UN	260	JOELHO 90 SOLD. BUC. LAT. DE 25MM X 3/4	RBB	R\$ 2,38	R\$ 618,80
118	UN	240	JOELHO 90 SOLD. BUCH. LAT. DE 25MM X 1/2	RBB	R\$ 1,86	R\$ 446,40
119	UN	260	JOELHO 90 SOLD. C/ BUCH.LAT. 20MM X 1/2	RBB	R\$ 1,51	R\$ 392,60
120	UN	260	JOELHO 90 SOLD. C/ ROS. LR 25MM X 1/2	RBB	R\$ 0,80	R\$ 208,00
122	UN	260	JOELHO 90 SOLD. DE 32MM	RBB	R\$ 0,80	R\$ 208,00
123	UN	260	JOELHO 90 SOLD. DE 50MM	RBB	R\$ 1,85	R\$ 481,00
124	UN	20	JOELHO 90 SOLD C/ ROS LR 25MMX1/2	RBB	R\$ 0,80	R\$ 16,00
125	UN	160	JOELHO DE 20	RBB	R\$ 0,23	R\$ 36,80
136	UN	1.000	LIXA D AGUA 150	RBB	R\$ 0,61	R\$ 610,00
137	UN	1.000	LIXA D AGUA 180	RBB	R\$ 0,61	R\$ 610,00
149	UN	250	LUVA DE 40MM ESGOTO (BRANCA)	RBB	R\$ 0,46	R\$ 115,00
150	UN	250	LUVA DE 75MM ESGOTO (BRANCA)	RBB	R\$ 1,84	R\$ 460,00
151	UN	270	LUVA DE CORRER 1/2	RBB	R\$ 2,97	R\$ 801,90
155	UN	290	LUVA DE CORRER P/ TB SOLD. 60MM	RBB	R\$ 10,65	R\$ 3.088,50
156	UN	250	LUVA DE CORRER P/ TB SOLD. DE 40MM	RBB	R\$ 7,44	R\$ 1.860,00
157	UN	290	LUVA DE CORRER P/ TB SOLD. DE 50MM	RBB	R\$ 7,99	R\$ 2.317,10



169	UN	270	LUVA LR 25X1/2 SOLDAVEL	RBB	R\$ 0,65	R\$ 175,50
170	UN	270	LUVA LR 25X3/4 SOLDAVEL	RBB	R\$ 0,50	R\$ 135,00
172	UN	170	LUVA LR DE 25 X3/4	RBB	R\$ 0,50	R\$ 85,00
173	UN	270	LUVA PVC SOLDAVES DE 50MM	RBB	R\$ 1,61	R\$ 434,70
174	UN	270	LUVA RED. DE 25 X 20MM	RBB	R\$ 0,45	R\$ 121,50
175	UN	270	LUVA ROSCAVEL DE 1/2	RBB	R\$ 0,34	R\$ 91,80
176	UN	270	LUVA ROSCAVEL DE 3/4	RBB	R\$ 0,50	R\$ 135,00
177	UN	270	LUVA SOLD BUCH LAT 20MM X 1/2	RBB	R\$ 1,24	R\$ 334,80
178	UN	270	LUVA SOLD BUCH LAT 25MM X 1/2	RBB	R\$ 1,31	R\$ 353,70
179	UN	270	LUVA SOLD BUCH LAT 25MM X 3/4	RBB	R\$ 1,69	R\$ 456,30
181	UN	270	LUVA SOLDAVEL DE 25 MM	RBB	R\$ 0,23	R\$ 62,10
182	UN	270	LUVA SOLDAVEL DE 32MM	RBB	R\$ 0,65	R\$ 175,50
184	UN	270	LUVA SOLDAVEL DE 50MM	RBB	R\$ 1,61	R\$ 434,70
188	M	400	MADEIRA RIPAO PEÇA 3,0X5	RBB	R\$ 1,28	R\$ 512,00
197	UN	80	MADEIRITE CONSTRUÇÃO 110X220 6MM	RBB	R\$ 19,85	R\$ 1.588,00
208	UN	150	NIPEL ROSCAVEL RIGIDO DE 1/2	RBB	R\$ 0,23	R\$ 34,50
209	UN	150	NIPEL ROSCAVEL RIGIDO DE 3/4	RBB	R\$ 0,30	R\$ 45,00
210	UN	10	NÍVEL DE ALUMÍNIO 14", ESTRUTURA FABRICADA EM ALUMÍNIO COM DETALHES EM PLÁSTICOABS,SISTEMA DE AMORTECIMENTO PARA PEQUENOS IMPACTUSS, PERFIL REFORÇADO EM VIGA IQUEGARANTE MELHOR DESEMPENHO, RESULTADOS POSITIVOS EM SEUS TRABALHOS DE NIVELAMENTO, POSSUI 3 BOL	RBB	R\$ 6,62	R\$ 66,20
216	UN	20	PINCEL PARA PINTURA 1	RBB	R\$ 1,76	R\$ 35,20
218	UN	20	PINCEL PARA PINTURA 3/4	RBB	R\$ 1,08	R\$ 21,60
221	UN	7	PNEU PARA CARRO DE MAO C/ CAMARA AR 3,25X8,2P.R	RBB	R\$ 17,42	R\$ 121,94
233	UN	70	REGIST. DE ESFERA EM PVC MONOBL DE 25 MM	RBB	R\$ 4,04	R\$ 282,80
235	UN	100	REGISTRO DE ESFERA EM PVC MONOBLOCO 20 MM	RBB	R\$ 3,78	R\$ 378,00
236	UN	100	REGISTRO DE ESFERA EM PVC MONOBLOCO DE 25 MM	RBB	R\$ 4,60	R\$ 460,00
237	UN	170	REGISTRO DE ESFERA EM PVC MONOBLOCO DE 50 MM	RBB	R\$ 11,47	R\$ 1.949,90
244	UN	20	REGUA PEDREIRO 2 MTS	RBB	R\$ 13,77	R\$ 275,40
257	UN	30	SERROTE PROFISSIONAL 22 POL	RBB	R\$ 16,54	R\$ 496,20
259	UN	310	SILICONE PARA VEDAÇÃO 50G TC RG	RBB	R\$ 3,54	R\$ 1.097,40
262	UN	180	TE ESGOTO DE 40 MM	RBB	R\$ 1,08	R\$ 194,40
265	UN	170	TE SOLDAVEL DE 150 MM	RBB	R\$ 23,56	R\$ 4.005,20
266	UN	200	TE SOLDAVEL DE 20MM	RBB	R\$ 0,30	R\$ 60,00
267	UN	200	TE SOLDAVEL DE 25MM	RBB	R\$ 0,36	R\$ 72,00
268	UN	200	TE SOLDAVEL DE 32MM	RBB	R\$ 1,32	R\$ 264,00
269	UN	200	TE SOLDAVEL DE 40MM	RBB	R\$ 2,97	R\$ 594,00
270	UN	200	TE SOLDAVEL DE 50MM	RBB	R\$ 3,28	R\$ 656,00
272	UN	50	TELHA TIPO AMIANTO 2,44 X 1,10X5MM	RBB	R\$ 43,50	R\$ 2.175,00



275	UN	50	TELHA TIPO AMIANTO 3,66 X 1,10 X 6 MM	RBB	R\$ 65,50	R\$ 3.275,00
291	UN	35	TORNEIRA METAL PARA JARDIM 1/2 ALAVANCADA	RBB	R\$ 7,50	R\$ 262,50
303	BR	240	TUBO PVC AGUA FRIA SOLD 20MMX6MM	RBB	R\$ 6,57	R\$ 1.576,80

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892/2013.

5.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Departamento de compras da Prefeitura Municipal de São Simão/GO, por intermédio do órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.6 Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1 Nos valores registrados quanto aos materiais a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afetas às Secretarias e Órgãos no âmbito municipal de São Simão-GO, conforme o Processo Administrativo nº 14055/2014, nas dotações consignadas para o exercício financeiro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações:

8.1 Da Fornecedora/Beneficiária:

8.1.1. A Detentora obriga-se a fornecer o objeto, conforme descritos no Termo de Referência.

8.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes deste Termo de Referência e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a Detentora a:

8.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

8.2.2. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada;

8.2.3. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

8.2.4. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.2.5. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do Fornecimento, no prazo assinalado pelo Município;

8.2.5.1. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao CONTRATANTE requerer que ela seja executada à custa do detentor da Ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata;

8.2.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata, sem a devida anuência da Contratante;

8.2.7. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução da Ata;

8.2.8. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

8.2.9. Apresentar durante a execução da Ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.2.10. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;

8.2.11. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.12. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor.

8.3 Do Órgão Gerenciador da Ata:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art.65 da Lei nº8.666/93;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;

- d) Notificar a Fornecedor/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Manter atualizada a listagem de preços que contemple a relação dos itens, para os fins previstos nesta Ata;
- i) Emitir requisição dos produtos solicitados para entrega.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.2 *Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:*

9.1.3 A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

9.1.4 A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.1.5 A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

9.1.6 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.1.7 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

9.1.8 Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;

9.1.9 No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedor;

9.1.10 Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

9.2.2 *Pela Detentora quando:*

9.2.2.1 Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.2.2.2 A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

9.3 A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante

formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.4 Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.5 Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.6 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

10.2 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a Administração poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de São Simão, pelo prazo de até 02 (dois) anos (Art. 87 III, da Lei 8.666/93), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera municipal, mediante publicação no Diário Oficial da União.

11.2 Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

11.3 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.3.1 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

11.3.2 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.3.3 A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

11.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

11.5 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será a **Secretaria Municipal de Infraestrutura**.

12.2 São obrigações do Órgão Gerenciador e do Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, conforme o Decreto nº 7.892/2013 as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Cada Secretaria e/ou Órgão terá seu fiscal próprio para acompanhar a entrega dos produtos, avaliar a qualidade, o prazo de entrega e dirimir eventuais dúvidas e questionamentos. Os fiscais serão os seguintes Servidores:
 - g.1) Secretaria Municipal de Infraestrutura - Geovandis Dias da Silva, Matrícula nº 3750;
 - g.2) FUNDEB – Silvânia Mendes B. Guedes, Matrícula nº 1311;
 - g.3) Fundo Municipal de Saúde - Cláudio Leonel de Silva, Matrícula nº 541;
 - g.4) Departamento Municipal de Água e Esgoto – Marcos Silva de Araújo, Matrícula nº 562;
 - g.5) Fundo Municipal de Assistência Social – Juliano Ramalheiro Azambuja, Matrícula nº 3806.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissis, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2007, no Decreto Federal nº 7.892, de 25.01.2013, na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, respectivas atualizações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial nº 001/2015-SRP e Processo Administrativo nº 14055/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Simão/GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

São Simão, Estado de Goiás, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
JOSÉ DANTAS FERNANDES
ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JANE DAYSE GUIMARÃES VILARINHO

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SIMÃO/GO
FERNANDO DO PRADO VIANA

DEMAESS - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO SIMÃO
ALBERTO ALVES DE MATOS

RBB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP
RAYANNE BRUNA DE BRITO URZEDA

Testemunhas:

1. _____ CPF _____

2. _____ CPF _____